

ATA DA 13ª REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DE PESCADO

Data: 24/08/1999

Local: Auditório da Codeagro – Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

Presentes: José Ciaglia, Alberto Ferreira Amorim, Álvaro Amaro Sanches, Flávio Figueiredo Lindenberg, Jiro Yamada, José Carcelles, José Deodato da Silva, José Maurício Costa Porto, José Pedro de Oliveira Filho, Martinho Carlos Colpani Filho, Milton da Silva Lamas, Newton Castagnolli, Newton Rafael Gonçalves, Otávio R. Maghelly, Paulo Andrade Molinari, Raulino Schmit, Tsuneo Okida e Rosana de O. Pithan e Silva. Como convidado Antonio de Castilho.

Pauta:

1. Aprovação da ata reunião anterior;
2. Projeto de Código de Pesca em andamento no Congresso;
3. Assuntos diversos.

O sr. Milton Lamas, iniciou a reunião, pois o sr. José Ciaglia estava em audiência com o secretário adjunto, sr. Mônaco.

1. Ata foi aprovada, mas o senhor Newton Castagnolli quis saber sobre o encaminhamento do ofício ao secretário a respeito da sugestão do uso pelo MAA da estrutura da CATI, através das Casas de Agricultura para cadastramento dos aquicultores. A secretária executiva declarou que foi encaminhado e que tinha informação do gabinete que estava em estudo. O sr. Newton enfatizou que a Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo precisa ver a pesca como atividade econômica para poder haver aumento de produção. A secretária executiva informou sobre a inclusão de dois novos membros na C.S.: o sr. Álvaro Amaro Sanches da Associação dos Maricultores do ESP e do sr. Edemir Nardino, da Cooperativa dos Piscicultores de Juquiá – COOPERPEIXE. Informou ainda que a partir desta reunião, se iniciará o processo de desligamento dos membros que não comparecem às reuniões, conforme prevê o regulamento da C.S..
2. Quanto ao projeto do Código de Pesca, o sr. Lamas colocou que devido a falta de conhecimento do assunto, pelo membros, sugeria que fosse formada uma Comissão para estudá-lo e elaborar sugestões para ser colocado em discussão em nova reunião da C.S.. Informou-se que o projeto está em andamento na Comissão de Agricultura e Política Rural que está esperando a opinião de São Paulo. Ficou definida a Comissão com os seguintes nomes: Antonio de Castilho, do MAA; Alberto Ferreira de Amorim, do Instituto de Pesca; Tsuneo Okida, da Federação das Colônias de Pescadores, José Maurício Costa Porto, da Associação dos Profissionais Empregados na Pesca; Álvaro Amaro Sanches, da Associação dos Maricultores do ESP, Newton Castagnolli, da Castagnolli Aquicultura e Repres. Ltda.. O sr. Newton Castagnolli sugeriu que depois de estudado o assunto e proposto algo, a assessoria jurídica da S.AA deveria examinar para que dê uma linguagem jurídica. O sr. Ciaglia lembrou da necessidade de uma resposta rápida, pois a Câmara dos Deputados está esperando uma posição de São Paulo. A proposta pode ser encaminhada via SAA. Foi informado que há um grupo, em Brasília, que é contra vários pontos do projeto e estão encaminhando material à Comissão. Não se conhece o conteúdo deste. O sr. Newton Rafael lembrou do tratamento desigual que é dado ao produto produzido aqui e do que vem de fora e informou que está sendo preparado um documento sobre isto. Colocou que é necessário se fazer uma política que contemple a indústria para se ter uma política clara para o setor. Levantou, ainda sua preocupação com as agroindústrias, achando que a C.S. deve se preocupar com isto, já que envolve pescadores artesanais, pois as áreas que eles trabalham, não pegam preço e a produção se perde em preços baixos.

Há coisas que podem ser feitas com o trabalho do Instituto de Pesca que pode. Lembrou que este setor pode resolver a questão do desemprego. O sr. Ciaglia lembrou que na questão do Mercosul já perdemos muito, pois a questão não foi estudada direito. No momento está tentando entrar em contato com um consultor que entende de Mercosul, para ver o que é possível ser feito para mudar alguma coisa. Ressaltou que o Itai tem muita coisa a oferecer e que os produtores têm que ir atrás. O sr. Newton Rafael informou que foi traçado um projeto, na baixada, mas que o grande problema são as áreas, pois os grandes proprietários de containers a querem. Isto não produz empregos, só dinheiro. Governo tem que decidir se quer arrecadar ou gerar empregos. Podia-se pensar em criação de agroindústrias nesta área. O sr. Ciaglia pediu que se ponha o projeto no papel para que possa ser encaminhado pela C.S..

Para discussão do Código de Peixe ficaram definidas:

Reunião da Comissão de Estudo do Código de Pesca - dia 08/09 às 10hs. na Codeagro.

Reunião da Câmara Setorial de Pescado – dia 08/09 às 14hs. na Codeagro.

3. Sr. Ciaglia informou sobre a reunião do CONFAZ, onde seria discutido o fim da isenção do ICMS na pesca, dizendo que como não houve consenso ficou para outra reunião. Quanto a questão da competência do IBAMA e do DPA, já está se andando para uma definição. O sr. Flávio, colocou que na aquicultura não foi feito nenhum registro pelo MAA. O sr. Castilho acha que em 30 dias precisaria ter as normas para a aquicultura. É preciso participação do setor. O sr. Ciaglia acredita que a portaria deveria prorrogar o registro, para a aquicultura, até uma data bem posterior. O sr. Flávio sugeriu que se podia fazer o registro provisório, enquanto não há normatização, pois não adianta se cadastrar sem a normas. O sr. Castilho, do MAA, achou a sugestão boa. Sr. Newton Castagnolli discorreu sobre a legislação ambiental que vem atravancando a atividade, considerando que está havendo um abuso, pois estão exigindo averbação de 20% da propriedade para preservação ambiental. Com isto, quem vai criar peixe está sendo penalizado. Acha que se podia pedir a interferência do secretário de agricultura junto à Secretaria do Meio Ambiente para se traçar uma norma de atuação que se permita produzir. Lembrou que a lei ambiental existe e é crime não obedecê-la. Informou, ainda, que há delegacias regionais do meio ambiente que não estão nem recebendo um projeto. O sr. Flávio colocou que o governo de um lado estimula a aquicultura e do outro breca a atividade. Com isso a produção não deve alcançar a meta. Os sr. Ciaglia se comprometeu a encaminhar o pleito desde que o setor encaminhe-o à C.S.. O sr. Ciaglia colocou que há necessidade dos aquicultores se organizarem para se ter um porta-voz de suas reivindicações. Acha que podia-se voltar à idéia de grupos de trabalho para discutirem suas reivindicações e trazê-las à C.S.. O sr. Raulino Falou sobre o Acordo da Comunidade Andina, que considera um atestado de morte ao setor, lembrando que ele é um acordo de preferências tarifárias que diminuiu em 100% as tarifas de exportação para industrializados. Acha que a C.S. tem que reclamar. Sem nada mais a se discutir a reunião foi encerrada.

São Paulo, 24 de agosto de 1999

José Ciaglia

Presidente

**Rosana de O. Pithan e
Silva**

Secretária Executiva